

Idéias para o futuro imediato

por Cláudia Izique
do Rio

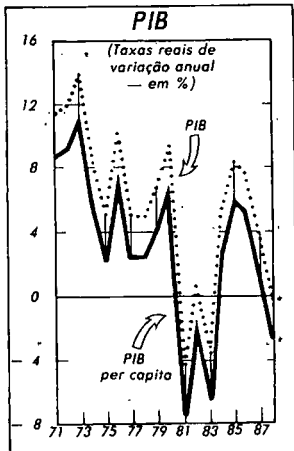
A primeira eleição direta de um presidente da República, em 29 anos, vai ocorrer em um Brasil mergulhado na mais profunda crise econômica de sua história, ao final de uma década recessiva, com alta taxa de inflação, expressiva queda do poder aquisitivo dos assalariados e dificuldades extremas na administração das dívidas interna e externa.

No curtíssimo prazo, acha o economista Mário Henrique Simonsen, ex-ministro do Planejamento, "o fundamental é facilitar a transição até o próximo governo".

Ele propõe, por exemplo, uma espécie de pacto público de todos os candidatos à Presidência da República: juntos, se comprometeriam a "honrar a dívida do atual governo", o que, na sua visão, criaria condições para viabilização do financiamento do déficit governamental até o final deste ano.

Mais que isso: Simonsen sugere que o Congresso Nacional autorize, mediante lei complementar, o uso de títulos públicos para pagamento de impostos.

Tais medidas, na sua análise, contribuiriam para um aumento do saldo de recursos



Fonte: Brasil Programa Econômico e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Preliminar

disponíveis no governo federal em algo entre 5 e 6% do Produto Interno Bruto (PIB), o que ajudaria a afastar o espectro de uma moratória interna e restabeleceria um certo grau de equilíbrio nas finanças públicas no momento da posse do novo governo.

A dívida externa, para Simonsen, não representa problema maior, "até porque já existem sinais de disponibilidade por parte dos credores externos". Do total da dívida (US\$ 114 bilhões), acha que apenas US\$ 62 bilhões são passíveis de efetiva negocia-

ção — correspondentes às dívidas de médio e longo prazo com os bancos comerciais.

Um "corte" desse nível na dívida externa "seria uma vitória política espetacular", mas manteria os pagamentos de juros ao nível de US\$ 3 bilhões anuais.

O benefício de tal renegociação no fluxo interno de recursos disponíveis para o governo seria, porém, pequeno (estima em 0,9% do PIB), o que acentua a necessidade, para o futuro presidente, de promover reformas profundas na administração pública.

Para facilitar a transição, até o próximo governo, Simonsen sugere que "não se considere problema o problema da dívida mobiliária brasileira", de 20% do PIB. Ele entende que essa preocupação acaba por criar "uma degeneração psicótica", em relação à dívida interna, que obriga o governo a gastar mais.

O ex-ministro não teme que o Brasil possa viver um colapso semelhante ao da Argentina. "No Brasil, a indústria é mais forte, competitiva e mais resistente" e o déficit público não chega à metade do argentino, de 34 e 15% do PIB. "O Brasil não emite títulos para pagar em moeda estrangeira", argumenta.